

Juventudes, educação, política e violência: uma entrevista com Regina Novaes

Youth, education, politics and violence: an interview with Regina Novaes

Victor Hugo Nedel Oliveira*
Mirian Pires Corrêa de Lacerda**
Regina Célia Reyes Novaes***

RESUMO

Regina Novaes é professora visitante da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), no Programa de Pós-Graduação em Educação. Foi professora do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), onde orientou pesquisas de iniciação científica, dissertações de Mestrado e teses de Doutorado. A Dra. Regina tem se dedicado às pesquisas nos seguintes temas: movimentos sociais, juventude, religião, cultura, cidadania e violência. Nesta entrevista, concedida aos professores Victor e Miriam, a professora Regina discute temas importantes para o campo de pesquisa na área de juventudes, bem como apresenta pistas para as discussões sobre políticas públicas para as juventudes contemporâneas. Ela afirma que o Estatuto da Juventude expressa consensos e conflitos entre os diferentes atores que colaboraram com sua promulgação, sejam eles políticos, agentes sociais, pesquisadores, movimentos sociais e os próprios jovens.

Palavras-chave: Juventudes. Políticas públicas. Violência juvenil. Educação.

* Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil.
E-mail: victor.juventudes@gmail.com - <http://orcid.org/0000-0001-5624-8476>

** Universidade La Salle. Canoas, Rio Grande do Sul, Brasil. E-mail: miriam.p.c.lacerda@gmail.com - <http://orcid.org/0000-0001-5522-7120>

*** Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil.
E-mail: novaes-regina@uol.com.br - <http://orcid.org/0000-0002-1777-6783>

ABSTRACT

Regina Novaes is a visiting professor at the Federal University of the State of Rio de Janeiro (UNIRIO), in the Posgraduate Program in Education. She was a professor at the Postgraduate Program in Sociology and Anthropology at the Federal University of Rio de Janeiro (UFRJ), where she supervised research on scientific initiation, master's dissertations and doctoral theses. Dr. Regina has been dedicated to research on the following themes: social movements, youth, religion, culture, citizenship and violence. In this interview, given to professors Victor and Miriam, Professor Regina discusses important themes for the field of research in the area of youths, as well as presents clues for the discussions on public policies for contemporary youths. She states that the Youth Statute expresses consensuses and conflicts between the different actors who collaborated with its promulgation, be they politicians, social agents, researchers, social movements and young people themselves.

Keywords: Youth. Public policy. Youth violence. Education.

Apresentação

Ser professor-pesquisador no mundo contemporâneo e o resgate da vida e das práticas dos professores-pesquisadores vêm se intensificando na produção acadêmica recentemente, tornando-se uma importante temática da análise sobre os profissionais da educação. As inquietações acadêmicas em relação às juventudes contemporâneas ganham sentido também a partir desses resgates históricos e de suas análises. Pesquisadores do campo da educação vêm investindo em estudos voltados para memórias e trajetórias docentes. Autores como Castro *et al.* (2005) e Vidigal (1996) já desenvolveram estudos a respeito do resgate da memória de professores e encontraram importantes achados de pesquisa que colaboraram na reflexão de suas práticas docentes e de pesquisa no contemporâneo.

Desta forma, buscando contribuir com as discussões em torno das juventudes contemporâneas, ingressamos no túnel do tempo para resgatar, junto aos pesquisadores de reconhecido renome nesse campo do saber, aspectos da sua profissionalidade que acabaram construindo distintas pesquisas e reflexões, as quais merecem memória, destaque e aprendizado. Nesta empreitada de entrevistar pesquisadores do campo das juventudes contemporâneas e, assim, manter a memória da área de pesquisa viva, já entrevistamos o Professor José Machado Pais (PAIS; LACERDA; OLIVEIRA, 2017), da Universidade

de Lisboa, e o Professor Carles Feixa Pampols (OLIVEIRA *et al.*, 2018), da Universidade Pompeu Fabra. Para inaugurar o rol de pesquisadores brasileiros, elegemos a Professora Regina Novaes, da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO).

Regina Célia Reyes Novaes é uma das mais importantes pesquisadoras brasileiras das Juventudes na atualidade. A professora Regina possui graduação em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) (1973), mestrado em Antropologia Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1979) e doutorado em Ciências Humanas (Antropologia Social) pela Universidade de São Paulo (1989). Lecionou na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ) e na Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Desde 1988, tornou-se Professora do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia, do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais (IFCS), da Universidade Federal do Rio de Janeiro, onde orientou pesquisas de iniciação científica, dissertações de Mestrado e teses de Doutorado nos seguintes temas: movimentos sociais, juventude, religião, cultura, cidadania e violência. Aposentou-se da UFRJ em 2005, prosseguindo com orientações de teses e dissertações anteriormente iniciadas no Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia (PPGSA). Foi editora da Revista *Religião e Sociedade* de 1995 até 2005. Também foi Secretária-Geral da Associação Nacional de Antropologia (ABA); Presidente do Instituto Superior de Estudos da Religião (ISER) e Presidente do Instituto Brasileiro de Análises Socioeconômicas (IBASE). Em 2009 atuou como consultora sênior do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD/Nações Unidas) para a realização do Informe *Juventude e Desenvolvimento Humano*, nos países do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL). Entre 2010 e 2016, realizou pesquisas e atuou em consultorias sobre políticas públicas de juventude em Convênios entre a Secretaria Nacional de Juventude e a Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), trabalhando em colaboração com grupos de pesquisa da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro e da Universidade Federal da Bahia. Atualmente é professora visitante da UNIRIO, Programa de Pós-Graduação em Educação, linha de pesquisa Educação e Políticas Públicas de Juventude.

Nesta entrevista, são apresentadas sínteses analíticas desenvolvidas pela Professora Regina Novaes, decorrentes de sua ampla pesquisa e experiência no campo das juventudes e das políticas públicas para as juventudes.

ENTREVISTADORES: Professora Regina, a partir de seus estudos na área das Juventudes, quais seriam as reivindicações mais atuais destes sujeitos?

REGINA NOVAES: O que chama atenção logo de início é a questão do trabalho, justamente pelas mudanças que ocorreram e que têm ocorrido nesse mundo, que se tornou cada dia mais restritivo e mutante. Então, os jovens de hoje têm, realmente, muita preocupação com o futuro e muita dificuldade de projetar o futuro no mundo do trabalho. Mas assim como o trabalho, surge a educação, que nas pesquisas tem um lugar de destaque. Muito relacionada ao mundo do trabalho está a educação, duas áreas que estão no topo de todas as reivindicações dos jovens, o que, sem dúvida nenhuma, faz diferença com as demais reivindicações. Em seguida, o que aparece é a vida segura, mais segurança. Se tivéssemos que escolher três demandas principais dos jovens de hoje, [uma delas] seria a questão de como adequar a vida escolar com a entrada no mundo do trabalho; um pouco seria tentar diminuir a desconexão que há entre esses dois elementos; e, em seguida, também a questão da violência que atinge particularmente os jovens. Eu diria que são esses três pontos. Depois disso, existem outros, como: a saúde, [que] tem ganhado destaque, principalmente no que diz respeito aos direitos reprodutivos, as questões ligadas às drogas e a saúde emocional. Toda a questão da saúde tem um papel bem importante, tem ganhado um papel maior na juventude. Eu colocaria também a cultura, já que os jovens têm usado muito a cultura, como maneira de construir autoestima, de se expressar. Por isso, as reivindicações juvenis que dizem respeito à condição cultural, não só acesso aos bens culturais, ao espaço de diversão, de lazer, mas também à produção cultural. Sem dúvida nenhuma, a questão da mobilidade também foi ganhando maior espaço. Se existe algo que mobiliza rapidamente os jovens em lugares diferentes é a questão do transporte, do transporte público. Na verdade, a questão do transporte foi o que ocasionou uma grande manifestação juvenil em 2013, que desembocou em outras. Fica meio difícil de dizer. Em primeiro lugar, eu coloquei educação e trabalho como uma coisa mais constante, e periodicamente a questão do transporte eclode, como se ela fosse um grande aglutinador de juventudes muito diferentes. A liberdade de ir e vir, a possibilidade do transporte para o estudo, para o trabalho e para o lazer. A questão do lazer é uma dimensão importante da vida juvenil. Outra reivindicação que tinha peso no passado nos outros países e que não tinha no Brasil, que começa a aparecer agora, é a questão da moradia. A gente já sabe que na Europa, por exemplo, é uma questão particularmente juvenil, que é você poder ter uma casa, e a emancipação passa por isso. Há um tempo não era comum no Brasil, justamente porque nós tínhamos vários hábitos culturais, com os jovens morando com os pais e até terem uma segunda família junto, também morando com os pais, e agora começa a aparecer com mais força essa [questão] da moradia juvenil. Creio que esses são os principais pontos específicos que dizem respeito à juventude.

ENTREVISTADORES: Que rumos acredita que tomará a pesquisa no campo das juventudes, em tempos nos quais as juventudes se tornaram o ideal da cultura?

REGINA NOVAES: De fato, a gente tem que pensar que a ideia de juventude chama a atenção de diferentes campos. Uma das questões importantes é que a juventude é um nicho de mercado. Todo mundo quer ser jovem, toda a ideia de juvenilização está em jogo, todas as questões da indústria estética fazem com que todo mundo queira ser jovem. As pesquisas dizem respeito ao ser jovem ou ao querer ser jovem, querer se manter jovem. Há toda uma área de pesquisa, mais ligada às exatas ou às ciências mais experimentais, que estão bem colocadas na fase da juventude, que tem um papel importante em termos de pesquisa. Depois existem outras áreas de pesquisa também que dizem respeito, por exemplo, à saúde, que estão muito ligadas à questão da juventude. As pesquisas que estão relacionadas às drogas, aos efeitos das drogas, ao tratamento em relação a adictos, que estão se desenvolvendo na área da saúde. Há outras questões, que são as doenças sexualmente reprodutivas, que também abrangem a juventude. Então, em várias áreas de pesquisa terá sempre a necessidade de pensar num segmento específico, na vivência de uma geração específica. Já na educação, que é fundamental, há a necessidade de um tratamento para juventude, uma pedagogia para juventude, uma forma de lidar com a juventude que nunca foi tratada. Os cursos de pedagogia, no geral, têm mais que uma matéria disciplinar voltada à infância. Existem grandes pensadores voltados à infância e toda a questão do aprendizado. Tudo isso está bastante desenvolvido, tem escolas de diferentes linhas, mas pouco se fala sobre a juventude como momento específico. Sobre a adolescência, ainda se fala em transformações do corpo, com a psicologia da adolescência, porque justamente por ser um momento muito de grande transformação, [quanto a] essa primeira parte da juventude que é o jovem-adolescente (que vai de 15 a 18 anos), ainda se tem alguma coisa, mas fez 18 anos, é como esse ator desaparecesse. Então a pedagogia ainda tem muitas coisas por serem desenvolvidas nesse sentido, de como ensinar os jovens, como falar de aprendizado, num tempo de novas tecnologias de informação, num tempo em que o professor tem um papel que ainda é preciso de uma relação dialógica, menos centralizada, menos professor-aluno. Muitas pesquisas têm que ser feitas para essa situação inédita que nós estamos vivendo, que é esse acesso imenso através da internet e, ao mesmo tempo, muita desigualdade em termos cognitivos, em termos de repertório para entender o que está disponível. Se eu pegar uma pesquisa, uma parte da pedagogia que tem que desenvolver sobre juventude, acredito que elas têm que ser desenvolvidas. Mas elas têm que desenvolver inclusive com a criação de disciplinas, que fomentem as pesquisas na área das juventudes. Já nas Ciências Sociais, a Antropologia e a Sociologia

têm uma situação bastante importante, porque todo mundo é especialista em juventude, como eu costumo dizer. Porque mesmo sem considerar os marcos relacionais, muitas e muitas vezes, você percebe falas sobre a juventude: “os jovens querem...”, “os jovens não querem...”, “os jovens são...”, tudo de uma maneira muito generalizada, sem utilizar o que a Sociologia da Juventude já tem acumulado. Essas novas maneiras de estar no mundo dos jovens exigem até para que a Antropologia e para a Sociologia pesquisem sempre continuamente e renovem nos seus temas de uma maneira bem forte. Na vida acadêmica, essa hierarquia, acredito que ganhou espaço e projeto, existindo algumas coisas em encaminhamento que são muito boas. Penso que tem muito a se fazer, então. Sobre o futuro, acredito que deva ser promissor. Ninguém garante nada porque, de fato, nós estamos vivendo em um momento de muito questionamento acerca das tecnologias, muito questionamento das pesquisas, muito questionamento a certas abordagens que nos seriam práticas e nos dariam resultados rápidos, mas eu acredito que há essa necessidade.

ENTREVISTADORES: Quais instrumentos metodológicos considera serem importantes para os registros das práticas juvenis?

REGINA NOVAES: Eu sou adepta a uma combinação de fontes e de abordagens de pesquisa. Então, acredito que sempre é preciso explorar ao máximo as estatísticas disponíveis. Muitas vezes, ao valorizar o qualitativo, você não dialoga com o que tem à disposição do quantitativo. O quantitativo responde a todas essas perguntas, mas, ao mesmo tempo, ele norteia. Ele dá o estado da questão, se você souber pegar os dados do quantitativo e a partir deles fazer costuras explicativas, levantar hipóteses, fazer comparação, que é uma coisa tão importante nas Ciências Sociais, por exemplo, que é uma ciência que vive da comparação, um método comparativo que é constitutivo da graduação das Ciências Sociais. Nesse sentido, acredito que explorar, buscar e criar as estatísticas seja importante. Por exemplo, nos últimos dez anos, houve um grande diálogo da Secretaria Nacional da Juventude com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) tentando fazer com que o IBGE desmembrasse mais os grupos etários, que desse uma atenção mais especial aos jovens. Não sei até que ponto essas iniciativas vão continuar existindo, mas fizemos seminários juntos, o IBGE com a Secretaria Nacional da Juventude, para tentar ver essas estatísticas, desmembrar mais, considerar mais, não só de 15 a 18 anos, que é definido pelo Brasil como área da juventude, mas também os três segmentos internos, que são de 15 a 18 anos, de 19 a 24 anos e de 25 a 29 anos. Essa ideia de jovem-adolescente, jovem-jovem e jovem-adulto muda muito os problemas da juventude. Quando você fala, por exemplo, em gravidez e não separa essas faixas etárias, você vai achar que a gravidez da juventude é toda adolescente, e não é.

Tem muitas jovens que optam, que querem ser mães antes, que contam inclusive de um caminho de autoafirmação, de colocação através da própria gravidez. Logo, essa ideia de aprimorar as estatísticas, por exemplo, do Sistema Único de Saúde (SUS), buscando localizar melhor essas faixas etárias e esses intervalos entre as faixas etárias. Tem que se usar o que tem e ir dialogando com o que se tem. Há que se tentar buscar melhorias e mais desmembramento de dados, mais possibilidade de enxergar mais através do quantitativo. O quantitativo diz muita coisa sobre o país, diz muita coisa sobre a condição juvenil. Além disso, acredito que nós temos que pensar no qualitativo também. Um qualitativo que pode ser ou detectar problemas que depois são levados ao quantitativo. Por esses esforços de melhorar as estatísticas, de fazer servir-se, de fazer pesquisas quantitativas mais amplas. O qualitativo tem esse papel de perceber que uma coisa está acontecendo como se fosse uma luz, que depois você vai medir. Um exemplo que eu usei há pouco é a situação de coletivos juvenis. Eles nascem no qualitativo, eles começam a aparecer aí quando você os traz para o quantitativo. Você vai ter uma mensuração de até que ponto aquele elemento, aquele processo, aquela experiência que você viu individualizada, personalizada, de repente como ela passa espalhando. Você tem essa possibilidade de fazer do qualitativo pelo quantitativo. Também tem ao contrário: a possibilidade do quantitativo, no qual você vê o que chama de resíduo, aquilo que aparece como não significativo estatisticamente muitas vezes é a pista importante para você montar olhares mais qualitativos. Em termos de qualitativo, as entrevistas muitas vezes funcionam muito bem, mas nem sempre os jovens gostam de falar dessa forma, eles têm outro código. Os desafios da pesquisa de hoje são justamente essas possibilidades de ampliar as maneiras de abordagem qualitativa. A entrevista aberta com o roteiro pré-estabelecido continua sendo muito boa, se você encontrar jovens dispostos a falar e se as condições de entrevistas são boas. Mas também tem alternativas, por exemplo, os grupos focais, os grupos de diálogo, que têm uma vantagem de fazer uma conversa entre pares. Se justamente no grupo de diálogo ou no grupo focal você coloca jovens que não são hierarquicamente dependentes dos outros, eles têm uma posição horizontal, eles podem falar coisas que eles não falaram para ninguém. A interação produz uma possibilidade de trazer à tona questões que, muitas vezes, nem os próprios jovens formularam para si mesmos. É muito importante pensar nesses espaços qualitativos onde se propõe a discussão e, a partir da discussão proposta, os jovens se formulam, se conversam muitas vezes de uma maneira que eles não fariam sozinhos a um pesquisador. Formulam pela posição, formulam pela aproximação, para se distinguir. Outra estratégia também que está em questão hoje é usar as redes sociais e o que é dito nas redes sociais como mais uma fonte de pesquisa. Se os jovens estão vivendo uma interação entre o mundo virtual e o mundo presencial, eles também se expressam através das redes sociais.

Claro que nós sabemos que as redes sociais criam outras barreiras, outros filtros. Na verdade, é uma maneira de se relacionar com as redes sociais, onde o público e o privado, por exemplo, são recolocados. A gente acredita que não existe vida privada porque o jovem fala tudo sobre si nas redes sociais, tem outro fluxo, tem outra maneira, mas de qualquer forma, outra maneira de articular público-privado, sentimento-razão, individualidade-coletivo. As redes sociais são um espaço muito importante para analisar e se aproximar da juventude, desde que as coisas sejam complementares, que não seja só essa fonte. Que você possa complementar com outras coisas, com outro momento da pesquisa também. Um dos desafios hoje é saber aproveitar as redes sociais e o que ali é dito, como fonte de pesquisa, mas ao mesmo tempo, como toda fonte de pesquisa, problematizar tal fonte também e perceber o que você pode e o que não pode tirar a partir dela, porque você precisa de outros complementos para colocar. Eu, por exemplo, trabalho com uma categoria sobre intimidade pública, acabar justamente com essa ideia de que nas redes sociais as pessoas levam a intimidade para o público. O público pensar nesse espaço nas redes sociais. Pensei assim: “intimidade como causa pública”, então eu tenho pesquisado muito os jovens que estão em espaço público, [que] têm causas que transformam a sua intimidade pessoal. Por exemplo, a gente ouvindo um *slam*, uma menina falou sobre estupro, o que seria uma questão de intimidade, mas ali com causa pública ela traz uma questão. No caso do *slam*, ela não falou na primeira pessoa, ela falou “jovens que têm...” essa coisa do estupro. Em muitos *slams* ou em até mesmo em outras manifestações culturais juvenis, isso se fala em primeira pessoa: “eu sofri isso” ou “eu sofri aquilo”, que é a intimidade. Mas com causa pública, ela vai terminar falando sobre a questão social. Dei esse exemplo para pensarmos que devemos criar novas categorias para identificar essas fontes e para se aproximar dessa realidade complexa que é a juventude. Por que tudo isso? Porque eu acredito que tem a ver com as relações entre adultos e jovens na escola e no mundo do trabalho. Tem a ver com a questão da participação, com as políticas públicas em última instância. A pesquisa tem que ser constante, interdisciplinar, se possível, sempre contando com os jovens, pesquisando os jovens e, também, com adultos que possam comparar suas experiências com as experiências dos jovens. Há uma necessidade de uma constante atenção para o que está se passando, porque tudo é muito rápido nesse mundo em que tudo é acelerado. Uma pesquisa que termina com boas hipóteses formuladas no final deu conta do recado, muito mais que uma pesquisa que termina com uma síntese petrificada.

ENTREVISTADORES: As Políticas Públicas para juventudes avançaram na aproximação entre diversidade e equidade a partir da promulgação do Estatuto da Juventude?

REGINA NOVAES: O Estatuto da Juventude foi promulgado em 2013 e as experiências começaram a contar em 2005. Então o Estatuto é um ponto de partida, ele é um momento de um processo. O Estatuto já estava, desde 2005, sendo pensado, reformulado, negociado, pode-se ver que o Estatuto possui história. O Estatuto tem um item que um grupo juvenil conseguiu a sua opinião em relação a outro segmento, por exemplo, a questão da meia-entrada. Um grupo ligado a determinada corrente política achava que a questão da meia-entrada seria só para estudantes, e a outra parte diz que não, que a grande parte do Estatuto seria para as pessoas de baixa renda também. O Estatuto expressa consensos e conflitos também entre os diferentes atores que colaboraram com essa promulgação. Esses atores são desde os parlamentares, que fizeram a primeira formulação. A Secretaria da Juventude que agiu em cima disso, assim como todos os grupos juvenis que estavam no Conselho Nacional da Juventude tentaram colocar as suas propostas em andamento. O Estatuto seria nem um ponto de chegada, nem um ponto de partida. Ele é um ponto de um processo em curso. De 2005 para cá, algumas políticas foram desenhadas nessa perspectiva. Tivemos o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (PROJOVEM), por exemplo, que nasceu em 2005, para jovens de 18 a 24 anos (no início, depois aumentou) que não terminaram o ensino fundamental. Você teve uma ideia de que primeiro o PROJOVEM não teve cota para negro nem para nada, porque na verdade a população que estava nessa situação já é a população negra no nosso país. Assim como, ele teve possibilidades de abrir para jovens Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transgêneros, Travestis e Transexuais (LGBT) que tinham largado a escola e voltado. A concepção do PROJOVEM não foi pensada na diversidade, porque esse grupo social já continha diversidade. Eram mais mulheres do que homens, mulheres que tinham abandonado a escola. Eram mães que tinham deixado de estudar. É como se houvesse um encontro entre os jovens que estavam em defasagem de idade e de série fora da escola que foram para lá sendo justamente os jovens que sintetizavam as desigualdades e as diversidades da população brasileira. Em relação ao PROJOVEM, a gente tem muitos depoimentos antigos, que eu pesquisei. Momentos interessantes de jovens travestis que entrariam no PROJOVEM, jovens mães que nem se sentiam mais jovens, mas que diziam: “a minha idade dá”, então vou. Ali há uma oportunidade de diversidade grande no PROJOVEM, que é uma política muito bem desenhada, que teve recursos bastante significativos e tem vários sucessos e alguns fracassos também. E os fracassos do PROJOVEM têm vários níveis. Um dos níveis é essa questão do pacto federativo. O ensino fundamental é ligado ao município e essa relação entre município e poder central nem sempre é harmônica, nem sempre se dizia respeito aos mesmos partidos dos governos federal e municipais. E no território os municípios gostavam de receber o PROJOVEM, mas nem sempre eles

comungavam com as suas exigências, com as suas diretrizes, e muitas vezes o PROJOVEM não foi feito no espírito que ele foi pensado. Também tem a questão dos recursos: grandes recursos federais no município, o uso dos recursos, tudo isso foi bastante colocado como problema. Então, o PROJOVEM, por um lado é um sucesso, porque até hoje ele é feito em qualquer lugar. O seu desenho tem uma pedagogia voltada para juventude interdisciplinar, cada unidade ligada à vida do jovem, cada possibilidade do jovem se colocar na sua trajetória pessoal e lugar de possibilidade de moradia. Mas entre a formulação e a execução tem o hiato que muitas vezes tem a ver com essa semente muito bem cultivada com o que há de melhor na academia, com o melhor nas disciplinas que compuseram os livros do PROJOVEM, mas depende do terreno em que ela cai: entre a semente e o terreno, os frutos vão ser diferenciados. Por último, no começo do primeiro governo Dilma, o PROJOVEM, depois de passar dois mandatos na Secretaria Nacional da Juventude, passou pro Ministério de Educação, o que, de certa forma, não foi uma coisa ruim. O que se sonhava, no primeiro momento, o sonho do PROJOVEM, foi ter uma política emergencial que acertava o nível educacional dos jovens, saía de cena, os jovens iriam para o ensino médio regular. Depois, compreendendo todas as questões educacionais, se percebeu que o PROJOVEM poderia ser uma modalidade de ensino e significa como a Educação de Jovens e Adultos (EJA) é considerada como uma modalidade de ensino. EJA e PROJOVEM têm uma diferença justamente porque o PROJOVEM seria uma modalidade voltada totalmente para os jovens, enquanto a EJA, embora tenha a juvenilização da EJA, não é só para jovens. O material do PROJOVEM era mais específico e quando passa para o Ministério da Educação, torna-se uma modalidade de ensino. Ele passa a fazer parte dos recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (FUNDEB) e desse sistema. Parecia uma coisa positiva, mas, depois, o Ministério da Educação minimiza o PROJOVEM, não há garantia da questão da diversidade e da equidade. A Secretaria da Juventude, depois que ela passa o PROJOVEM para a secretaria de Educação, deixa de ser uma incubadora, deixa de ser uma executora, porque a Secretaria da Juventude foi uma executora para o PROJOVEM durante muitos anos. Então foi dessa forma, naquele momento, ela teve que fazer uma revisão da sua função, que passou a ser justamente participar de outros programas, e aí nasceu a “Juventude Viva”. A Juventude Viva é ligada na questão da equidade e da diversidade, porque a ideia da Juventude Viva, diferente um pouco do PROJOVEM, é estabelecer em cada um dos municípios, é escolher os municípios mais atingidos pela violência. Alagoas foi o primeiro estado, não por acaso, mais atingido pela violência. A partir daí, juntar todas as avaliações da sociedade civil que trabalhassem com a juventude, os recursos municipais, os recursos estaduais e a presença de um órgão federal. E ter uma plataforma para a juventude mais ameaçada, que

necessariamente era a juventude negra. Já que o Estatuto da Juventude fala em 11 direitos, e esses direitos nunca estarão em um lugar. Esses direitos vão ter a ver com os setores, têm a ver com causas. Se você analisar os 11 direitos, você os localiza em Ministérios, em Secretarias, em causas da sociedade civil, já que aqueles 11 direitos que vão dar o desenvolvimento integral do PROJOVEM. Qual seria o papel da Secretaria da Juventude naquela hora? Seria justamente fornecer para esses lugares todos, onde se realizam as políticas de juventude, uma tecnologia social de atendimento à juventude. Uma tecnologia social é um nome que se usa até para convencer as pessoas, até para seduzir as pessoas, a tecnologia social parece uma coisa tão simples. Mas no fundo o que inseriu? O que inseriu essa tecnologia social? Maneiras de ensinar, de lidar com dados quantitativos, produzir dados quantitativos, lidar com dados qualitativos, se informar, ter uma relação com a diversidade, sistematizar com as experiências localizadas. Em 2013, justamente quando o Estatuto é promulgado, quando ele se transforma em Lei, era isso que estava em curso. Justamente era essa a ideia de desenvolvimento de uma tecnologia social de atendimento da juventude, que levasse em conta todos esses outros elementos que pudessem ser colocados à disposição da sociedade. Inclusive, tinha uma ideia muito forte que não era para colocar à disposição só do mundo público, não da política pública no sentido de que o estado tem um papel: na sua formatação, na sua interpretação e na sua avaliação.

ENTREVISTADORES: Como percebe a violência simbólica à qual muitas das juventudes brasileiras estão submetidas?

REGINA NOVAES: A violência física a gente já sabe quais são os resultados dela. Em relação à violência contra mulheres, por exemplo, os estupros – e acho que as jovens de hoje estão falando muito sobre isso – é uma coisa impressionante, como nas poesias, como essa questão tem vindo ao espaço público, que é o que a gente vai chamar de violência física. A gente está chamando aquilo que tem mais que uma prova material. Aquilo que é possível demonstrar, aquilo que é mais fácil de enxergar. E essa violência física também é carregada de símbolos. Às vezes se repara todo o tema da violência material e simbólica, mas os símbolos estão em todos os lados. Como eles estão também na violência física. A violência física é marcada por símbolos de força, de dominação. Mas quando tratamos de violência simbólica, são processos que não têm tanta visibilidade material, mas que existem continuamente. Essas violências simbólicas estão muito ligadas à forma da sociedade ver, criar, se ver, olhar e hierarquizar os seus grupos. Valorizar ou desvalorizar os grupos sociais que compõem a sociedade. Elas estão ligadas geralmente à idade, que tem muita violência simbólica e é feita entre adultos e jovens. Só porque ele é jovem ele não pode falar? Ele não pode por quê? Porque ele é jovem, e ser jovem é ser suspeito. Essa relação entre

adultos e jovens muitas vezes é enraizada de violência simbólica, de poder, poder de fala, de poder econômico, porque o jovem não tem renda suficiente ainda, mas sim subordinação econômica. Ser jovem, de certa forma, é refletir a sociedade que quer ser jovem. Como se não viveu tanto, não pode falar e não tem dinheiro, tem que ficar quieto e aí por diante. Os outros elementos de violência simbólica têm a ver com as questões, por exemplo, de moradia, em uma sociedade que teve uma conjugação entre ausência ou presença precária do estado. Por serviços públicos e presença de tráfico de drogas que criminaliza territórios, não dando opções de moradia para as pessoas que eu não sei nem se teriam territórios. Já faz uma violência simbólica de saída, você estar naquele território significa que, simbolicamente, você ou é um bandido ou é um bandido em potencial. Ainda há a discriminação por endereço, a violência simbólica incrível, que significa você dizer onde você mora e com isso você ser classificado socialmente. Isso é uma coisa bastante forte e, nessas últimas eleições, aconteceram coisas desse tipo, quer dizer, das pessoas falarem desses territórios criminalizados como se fosse um espaço que só tem bandidos, isso é uma violência simbólica com uma parte muito significativa da população brasileira que vive nessas áreas, que não tem escolha, que é de trabalhadores, estatisticamente falando. Um território que generaliza aquilo que é diferente. Você coloca um estigma, então, estigmatizar é produzir violência simbólica. Fora isso, tem outros elementos da sociedade que são muito fortes, sendo que o mais forte de todos é a questão da raça, da cor, de uma sociedade que se vê como branca, que considera o branqueamento ascensão social e que, de alguma forma, por mais que sempre tenha escondido seus preconceitos, que muitas vezes tenha disfarçado, é uma sociedade que na hora de hierarquizar marca os negros de uma forma muito cruel. A violência simbólica se faz através dos negros, ela se expressa em frases, ela se expressa em preconceitos, dizeres populares. Ela traduz em medo: as pessoas veem pessoas negras andando na sua direção e têm medo, sentimentos muito profundos e, de alguma forma, é como se ela, no momento que acontecem as coisas, é como uma profecia autocumprida, pois na hora que aparecem os bandidos, eles são negros. É um círculo vicioso. Isso é uma violência simbólica reconstruída a cada dia, e a sociedade coloca isso na hora que aparece o negro. Quando vai se descrever um bandido em algum lugar, a primeira coisa que fala é a cor. Tudo isso é a produção e reprodução da violência simbólica constante, e isso é muito forte. E nos últimos anos, nós temos outra coisa que está produzindo muita violência simbólica, que é a questão da orientação sexual e da identidade de gênero. A sociedade tem medo dessa questão. É uma coisa que mexe com coisas muito profundas, por exemplo, o machismo interiorizado. Por um lado, o machismo interiorizado e, por outro lado, o medo que as mães e os pais têm que seus filhos sofram nessa sociedade que produz violência simbólica. As mães, por exemplo,

muitas vezes enlouquecem com essa história, porque elas veem o que acontece na sua frente. Elas veem, e essa violência simbólica, até pouco tempo, no Brasil, estava um pouco contida, não que não existisse, não que não existisse morte de travesti, nem que não existisse violência material, mas, de certa forma, é como se o espaço público tivesse construído certo constrangimento. Você não dizia que você tinha preconceito. Fazia parte de uma estratégia de apresentação social, de te colocar socialmente. Inclusive que as pessoas começaram a ter medo da lei, medo de ser chamado, medo dos dispositivos que foram colocados em termos de disque-denúncia. Nos últimos tempos, especificamente no último ano, houve uma liberação desses sentimentos que existiam, que estavam dentro, mas que, de alguma forma, é como se dissessem assim: “agora pode”. Esse “agora pode” está fazendo vir à tona coisas que estavam presentes, mas que estavam contidas até então. Por que a gente está falando sobre isso particularmente de juventude, se a gente sabe que negros existem todas as idades, orientação sexual e identidade de gênero existem em todas as idades? Porque são os jovens que mais se expõem. Por que eles mais se expõem? Porque ser jovem, é na verdade, poder ir e vir, é não ter a responsabilidade da casa, é poder estar nos espaços de lazer, poder circular pela cidade, ter momentos de lazer, encontrar grupos. Então, você tem uma situação para uma pessoa que está dentro de casa cuidando dos filhos, que não pode sair, sai uma vez ou outra, do trabalho para casa. Nas outras idades, isso não está tão exposto. Por que na juventude fica exposto? Porque eles estão num momento de afirmação da identidade, de criar experimentação, de possibilitar se juntar com outros iguais, que é uma coisa importante, se sentir parte, do pertencimento. O foco dessa violência simbólica está nos jovens. Não é que não exista nas outras faixas etárias, é que com os jovens o foco é justamente pelo momento do ciclo de vida. É isso que a gente está vivendo hoje, isso que nós estamos chamando de violência simbólica para a violência física, os limites são muito tênues. Agora, hoje em dia chama-se *bullying* nas escolas e em outros espaços, mas significa causar sofrimento ao outro. Eu acredito que existe uma diferença entre preconceito e discriminação: o preconceito é algo de foro íntimo e sempre vai existir. Porque, na verdade, nós somos todos preconceituosos, para a gente se valorizar, a gente tem que ver o outro, para poder ter autoridade. Preconceito vem de conceitos prévios, nesse sentido. Então, necessariamente, as pessoas podem ter preconceitos raciais, preconceitos contra pessoas trans, entre outros. Esse preconceito é uma questão pública. Essa discriminação é questão pública. Então, é importante marcar a distinção para poder justamente pensar na questão da violência simbólica, como é que produz não cidadania, que é o não acesso e não estado de permanência.

ENTREVISTADORES: Como percebe o processo de transição da escola para o mercado de trabalho dos jovens, no contexto da atual realidade juvenil brasileira?

REGINA NOVAES: Trata-se do processo de divórcio da escola no mundo do trabalho. Justamente essa geração é marcada por dois processos que são bem interessantes: primeiro, a ideia de que o estudo é importante, todo mundo reconhece que essa dedicação é importante, mas é como se fosse “um passaporte que não garante a viagem”, porque significa que você tem o seu diploma, você pode não se empregar no mesmo nível que você conseguiu alcançar a escolaridade. Pode ser empregado em outro nível e, também, não garante que você vá ter emprego, também não garante que você vai continuar no emprego. Então, você tem aí certo divórcio no mundo do trabalho e escolaridade no mundo do trabalho. Além disso, é uma geração na qual os pais têm que aprender com os filhos, mesmo que os filhos tenham menos escolaridade que eles, porque a escola não é mais a única fonte de aprendizado. Você tem justamente as tecnologias de informação, assim como trouxeram, um dos efeitos que trazem o efeito de aprendizado. Com isso, você percebe que a escolaridade não garante quem ensina quem. Você tem vias de mão dupla acontecendo logo, essa é uma geração muito marcada por isso e pelas tecnologias de informação. Os produtos das tecnologias nem têm manuais mais, porque são jovens que vão experimentando as saídas, são jovens que vão descobrindo como passar de um livro para o outro. Na verdade, é como se os produtos fossem incompletos, porque alguém vai descobrir o caminho de como resolver aquilo, mesmo que o jovem não saiba repetir. É assim mesmo e isso cria, inclusive, uma tensão entre escola e o mundo do trabalho, porque o aprendizado não se dá só nos bancos escolares. E o mundo do trabalho é muito mutante, vai criando novas profissões e, ainda que alguém consiga ser empregado, mesmo que alguém consiga fazer uma carreira regular, não tem como ficar se dividindo entre trabalho e escola, como a maioria dos jovens tem que fazer: trabalhar para ajudar no sustento da casa. Mesmo assim, há uma lógica do mercado de trabalho de muita rotatividade, e quem tem mais rotatividade são os jovens, pois entrar e sair do mundo do trabalho com a carteira de trabalho, hoje em dia, ela não funciona mais como uma segurança. Tem muitos que não têm carteira de trabalho, pois a terceirização está sacramentada, mas ao mesmo tempo, mesmo quem tem carteira de trabalho, [tem] por três meses, quatro meses, cinco meses, seis meses, então são jovens que mais têm rotatividade e pegam os trabalhos com menos estabilidade. Essa é a situação da juventude de hoje, descobrir formas de viver com essa insegurança. Talvez não tenha em curto prazo uma saída para isso, mas é preciso tentar, porque, às vezes, os jovens já acostumaram e os adultos não. Os conflitos intergeracionais também ocorrem por isso: os jovens chegam à casa, os pais já assumiram que os jovens têm relações sexuais, já conversam sobre isso, namorado dorme na casa da namorada.

Uma questão como essa nas relações sexuais antes do casamento, que era uma questão da minha geração, não é uma questão dessa geração, pois parece que os adultos assumiram essa possibilidade. Agora, a questão de conseguir emprego ou não conseguir emprego, ganhar estágio ou não ganhar estágio, ganha muita tensão entre as famílias.

ENTREVISTADORES: Temos juventudes que, a seu modo, ocupam territórios urbanos. Como percebe que se dá a apropriação do espaço urbano a partir de diferentes recortes socioeconômico-culturais?

REGINA NOVAES: Existe uma coisa bem interessante, que é esse direito à cidade, que passa a ser um dos pontos importantes, por exemplo, da reforma urbana que os jovens levaram muito a sério. Várias questões que vão aproximando o jovem do centro da cidade, de lugares que eles não conheciam e viraram possibilidades de exploração, e isso é muito bom, pois são grupos que surgem, muitos deles a partir de organizações não governamentais, de grupos de igrejas, grupos culturais, e assumem o território, e aí a juventude tem o direito territorial e mobilidade. Eles são das periferias, mas eles vão para o centro e reconfiguram a cidade. Eles usam praças para isso, e essa ida à cidade simbolicamente representa coisas muito interessantes, como, por exemplo, os “rolezinhos” que aconteceram, muito mais fortemente há um tempo, em 2013 principalmente. Os “rolezinhos” são grupos de jovens que são consumidores. Eles querem consumo e lazer, e a ideia de espaço de lazer que o shopping adquire como esse lugar de lazer do jovem de hoje. Eles querem o shopping também como lugar de lazer, então eles vão e transformam essa ida ao shopping, que é uma coisa de lazer, muitas vezes um ato político, porque é um lugar onde eles não deveriam estar. Não é lugar para eles. Então esse deslocamento do lugar que lhes foi reservado na cidade e na periferia, esse deslocamento físico tem uma repercussão simbólica enorme, no sentido que causa estranhamento, pois precisa de afirmação, precisa de coragem, precisa de determinação para ir, para fazer. Eles vão para esses espaços reafirmar o preconceito, porque os olhares para eles é um preconceito e produz uma afirmação da condição periférica, e isso pode reproduzir, por exemplo, nos poemas do *slam*, pode reproduzir rap, pode reproduzir grafite, pode produzir uma série de coisas que vão colocando aqueles jovens dentro da cidade. Esse é um dos movimentos mais ricos que está acontecendo hoje e que na verdade não é nacional, é uma coisa que nasce internacionalmente. A origem não importa, o que importa é que circulam dessas formas, dessa maneira de se apropriar da cidade e é algo bastante característico, é uma das vertentes dos movimentos juvenis de hoje. Outro exemplo são os *flashmobs*, quer dizer, jovens que, pela internet, nem se conhecem e marcam ações em lugares nos quais eles vão se apropriar da cidade. Não dá para pensar

em jovens na cidade hoje sem incluir essa possibilidade, as pessoas dizem assim: “eles nunca mais vão se encontrar”, mas essa experiência de mobilização passa a fazer parte do seu repertório e isso é um desdobramento, não é uma coisa sólida, uma coisa organizacional, mas é em outras coisas que vão ocorrendo ao mesmo tempo, então isso faz parte sem dúvida nenhuma do repertório de mobilização de juventude de hoje e é muito visível e uma coisa bem interessante, porque renova a linguagem política, não a partir do que se chama de política, mas o que tem efeitos políticos. Existem lugares usuais da política que têm uma linguagem política, que têm uma forma de pensar politicamente, pensar na chave da política, e tem coisas que são pensadas em outras chaves de leituras, mas que têm repercussões políticas, o que eu estou chamando de repercussões políticas. Trata-se daquilo que provoca relações de poder, então se você chega com um grupo grande e entra no shopping, tem uma relação de poder ali que naquele momento é desconfigurada, porque se os seguranças atacarem aquele grupo, eles estão reafirmando o preconceito, eles não estão fazendo nada, estão passando e, de repente, as pessoas que estão ali vão olhar para a cara do segurança, e várias coisas vão se reconfigurando e aquele momento começa a fazer parte de uma maneira social que não fazia antes.

ENTREVISTADORES: Quais recomendações considera essenciais entrarem na agenda dos “jovens pesquisadores de juventudes”?

REGINA NOVAES: Comecei a pensar isso a partir de 2005 com mais visibilidade, e uma coisa bem importante para mim pessoalmente, queria deixar registrado, eu fui a primeira professora do Conselho Nacional de Juventude (CONJUVE) e Secretária Nacional da Juventude, e as pessoas, muitas vezes, pensam que isso foi uma coisa partidária, uma recomendação partidária com porta de partido, e não foi absolutamente. Eu fui chamada como pesquisadora, e isso é uma coisa que me alegra muito! Alguém falou assim: “qual a importância que ela é para ir nesse lugar?”. Eu não entendi muito bem, foi uma coisa assim, um pouco usual talvez, mas foi como pesquisadora que eu fui fazer isso, por isso me afastei da universidade por um tempo. Acredito que a juventude pode ter tido vários erros, várias falhas, a gente reconhece que sempre tem, mas ela foi pensada muito a partir daquilo que se foi produzido, naquilo que foi na academia, não só na academia, mas nos movimentos sociais também. A juventude foi pensada muito nessa interlocução muito próxima. O que eu quero dizer com isso, a partir da sua pergunta, é que hoje tem muitos pesquisadores jovens, e isso é um motivo de grande alegria! Uma das coisas que se fez através para a juventude foi um encontro de jovens pesquisadores de juventudes, e foi emocionante, pois veio gente do Brasil inteiro para esse encontro, e gente da disciplina de humanas, a maioria, mas de várias disciplinas estiveram ali, e como se tivesse certo vírus que

tivesse passado, e é importante ter jovens pesquisando jovens. O que a gente está vendo nos observatórios de juventudes, que também têm grupos de pesquisas, e isso é uma coisa muito boa, eu acredito que tem uma geração que está vindo e pensando, já está vindo com outra cabeça, talvez tenha que lutar menos para que o tema seja considerado. Tem que lutar ainda, mas talvez menos que outra geração. O tema já ganhou certa legitimidade. Então as recomendações que eu faria, repetindo um pouco o que eu falei antes, é tentar ser inovador na pesquisa, tentar registrar pequenos *insights* que parece que não estão reconhecidos, mas que vão se somando. Às vezes tem um *insight* aqui, por exemplo, você percebe uma questão nova que está acontecendo com os coletivos aqui, aí você acha que, só que depois você vai para um encontro e encontra um monte de gente que está fazendo a mesma coisa que você. Outra coisa importante é levar a sério a experiência local, as pequenas coisas que vão acontecendo, esse diálogo do qualitativo e quantitativo. A recomendação maior que eu daria é ter abertura, que é um tema que exige muito a abertura, é um tema que exige que a gente reconfigure o professor, perceba, inclua, ou seja, é um tema que permite você ser um bom pesquisador, porque um bom pesquisador é aquele que faz novas perguntas, que levanta novas hipóteses. Uma das coisas mais importantes da pesquisa é quando ela termina com dúvidas, com novas questões, que podem ser partilhadas e trazidas, porque na verdade a gente lutou para trazer que todas as fases da vida são transitórias, e que a juventude tem isso em particular, então, como qualquer fase transitória, mas de fato há mudanças, e transitória no sentido que muda muito, então, por exemplo, quando a gente vai avaliar o peso político, a gente tem que avaliar a propensão de pensar em coisas fixas, e as coisas da juventude não são. De uma conferência para outra muda quem são os jovens, então você está a todo tempo iniciando pessoas e falando com pessoas que já estão no meio do caminho, isso é uma coisa difícil às vezes, porque das duas, uma: você fala “está vendo, ninguém tinha vindo na outra conferência”. Então significa que as lideranças não são sólidas, ou então você fala assim “está vendo, são os mesmos que vieram”. Essas coisas acontecem ao mesmo tempo, porque sempre vai ter gente começando e gente no meio do processo da pesquisa com jovens. Não se trata de um público que você pode homogeneizar, na verdade, nunca vai poder homogeneizar o que eles sabem. O que eles não sabem? Trazer questões novas para quem já sabe se mobilizar, nossas pesquisas vão ser sempre assim, sempre uma coisa que possa mobilizar, possa chamar, quem nunca falou dessa questão, quem está na psicologia e, ao mesmo tempo, quem já está há muitos anos também se sinta mobilizado, porque percebe que tem questões novas. Então essa abertura e flexibilidade, que deveria, que nós pesquisadores de juventude deveríamos ter, não é fácil, mas deveríamos.

REFERÊNCIAS

CASTRO, Magali de; BATISTA, Adriane Cristine Ribeiro; COSTA, Lorena Prado; BORGES, Valéria Toledo Oliva. Percorrendo os caminhos da profissão docente: estudo a partir da trajetória de professoras formadas nas primeiras décadas do século XX. In: XIII SEMINÁRIO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA, 13.; SEMANA DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PUC/MINAS 13., 2005, Belo Horizonte. *Resumos*. Belo Horizonte - MG: PUC/Minas, 2005. p. 70-71.

OLIVEIRA, Victor Hugo Nedel *et al.* Culturas juvenis e temas sensíveis ao contemporâneo: uma entrevista com Carles Feixa Pampols. *Educar em Revista*, Curitiba, v. 34, n. 70, p. 311-325, jul./ago. 2018. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/educar/article/view/58145/35929>. Acesso em: 10 fev. 2021.

PAIS, José Machado; LACERDA, Miriam Pires Corrêa de; OLIVEIRA, Victor Hugo Nedel. Juventudes contemporâneas, cotidiano e inquietações de pesquisadores em Educação – uma entrevista com José Machado Pais. *Educar em Revista*, Curitiba, v. 33, n. 64, p. 301-313, abr./jun. 2017. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/educar/article/view/50119/32190>. Acesso em: 10 fev. 2021.

VIDIGAL, Luis. *Os testemunhos orais na escola*. História Oral e Projectos Pedagógicos. Porto, Portugal: Edições Asa, 1996.

PUBLICAÇÕES DA ENTREVISTADA (SELEÇÃO)

NOVAES, Regina Célia Reyes *et al.* (org.). *Agenda Juventude Brasil*. Leituras sobre uma década de mudanças. Rio de Janeiro: Editora UNIRIO, 2016.

NOVAES, Regina Célia Reyes; RIBEIRO, Eliane (org.). *Livro das Juventudes Sul-Americanas*. 22. ed. Rio de Janeiro: IBASE, 2010.

NOVAES, Regina Célia Reyes; PORTO, Marta; HENRIQUES, Ricardo (org.). Juventude, Cultura e Cidadania. *Comunicações do ISER*, Rio de Janeiro, ano 21, 2002. (Número Especial).

NOVAES, Regina Célia Reyes; MELLO, Cecília Campello do A. (org.). Jovens do Rio: Circuitos, crenças e acessos. *Comunicações do ISER*, Rio de Janeiro, n. 57, 2002.

NOVAES, Regina Célia Reyes. *Direitos Humanos: Temas e Perspectivas*. Rio de Janeiro: Mauad, 2001.

NOVAES, Regina Célia Reyes; LIMA, Roberto Kant de (org.). *Antropologia e Direitos Humanos*. Niterói: EDUFF, 2001.

NOVAES, Regina Célia Reyes. *De Corpo e Alma*. Catolicismo, classes sociais e conflitos no campo. Rio de Janeiro: Graphia, 1997.

NOVAES, Regina Célia Reyes. *Os escolhidos de Deus*. Pentecostais, Trabalhadores e cidadania. São Paulo: Marco Zero, 1985.

Texto recebido em 15/03/2020.
Texto aprovado em 15/02/2021.

